

Carlos Eduardo Caldarelli<sup>1</sup>  
Solange Bezerra Caldarelli<sup>2</sup>

## **UMA ÚNICA COLEÇÃO: PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DA UNIÃO? OBJETOS SAGRADOS DOS MUNDURUKU? A COVID 19 E UM TRABALHO INCONCLUSO**

---

<sup>1</sup> Sociólogo, Advogado, Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais (CPDOC/FGV), Especialista em Gestão e Tecnologia Ambientais (POLI-USP), Especialista em Direito Ambiental (FD/FSP-USP), Diretor e Coordenador de Projetos de Referências Culturais e Educação Patrimonial da Scientia Consultoria Científica, [carlos@scientiaconsultoria.com.br](mailto:carlos@scientiaconsultoria.com.br).

<sup>2</sup> Arqueóloga, Doutora em Ciências Humanas (FFLCH-USP), Diretora e Coordenadora de Projetos de Patrimônio Arqueológico e Consultora de Educação Patrimonial da Scientia Consultoria Científica, [solange@scientiaconsultoria.com.br](mailto:solange@scientiaconsultoria.com.br).

## RESUMO

O artigo descreve e brevemente analisa o desenrolar de uma longa disputa acerca de se as “vasilhas cerâmicas” evidenciadas durante o Projeto de Pesquisa Etnoarqueológica (Arqueologia Colaborativa) com as etnias Kayabi, Apiaká e Munduruku nos municípios de Jacareacanga (Estado do Pará) e Paranaíta (Estado do Mato Grosso) seriam Patrimônio Arqueológico da União ou objetos sagrados dos Munduruku e, conseqüentemente, a quem deveria caber a decisão sobre a sua destinação. Finaliza, mostrando como a pandemia da COVID 19 acabou impedindo que os autores do artigo pudessem acompanhar os lances finais daquela longa disputa, nas aldeias Munduruku.

**PALAVRAS-CHAVE:** Munduruku. Urnas Funerárias. COVID-19.

*Tudo é incerto e derradeiro.  
Tudo é disperso, nada é inteiro.*

Fernando Pessoa

## QUESTÃO POSTA, DISPUTA INSTALADA. A SUPERVENIÊNCIA DA COVID 19

Durante a execução, entre os anos de 2011 e 2014, do Projeto de Pesquisa Etnoarqueológica (Arqueologia Colaborativa) com as etnias Kayabi, Apiaká e Munduruku nos municípios de Jacareacanga (Estado do Pará) e Paranaíta (Estado do Mato Grosso), integrante do Programa de Preservação do Patrimônio Cultural, Histórico, Arqueológico e Paleontológico da UHE Teles Pires, sob a coordenação geral da Dra. Erika M. Robrahn González, foram evidenciadas, entre outras, na área de influência da UHE Teles Pires, cinco “*vasilhas cerâmicas*” que foram, posteriormente, “*indicadas pela comunidade indígena Munduruku como urnas funerárias e pertencentes a cemitérios tradicionais*” (Robrahn-González, 2014a: 27).

Pesquisa anterior dava conta de urnas funerárias localizadas por Hartt (1885) em local habitado por índios Munduruku, muito semelhantes às “*vasilhas cerâmicas*” encontradas na área de influência da UHE Teles Pires. Informa Fonseca (2018: 302) que:

“Hartt (1885) era um geólogo canadense-americano que, por volta de 1871, encontra diversas urnas funerárias em uma localidade chamada de Cafezal, na margem esquerda do rio Tapajós, a cinco ou seis milhas de Itaituba, relatando que em “tempos relativamente modernos existia ali uma maloca dos Índios Mundurucus” (Hartt 1885: 15). Estas urnas estavam quebradas devido ao nivelamento do terreno feito pelo proprietário do local. Na mesma ocasião Hartt escavou 15 urnas, que continham ossos humanos e dentes, sendo algumas delas largas e rasas como painéis, a maior delas medindo 1,06 m de diâmetro e 0,30 m de altura.”

Fonseca (2018) ressalta que, embora práticas funerárias fossem mencionadas com frequência em pesquisas arqueológicas na região amazônica, até a segunda metade do século XIX os estudos etnográficos sobre tais práticas não eram referenciados nem eram objeto de análises comparativas, pelos arqueólogos, em relação às estruturas funerárias por eles identificadas em campo.

O autor ressalta ainda que somente em tempos recentes constatou-se que práticas funerárias não poderiam ser interpretadas sem a devida contextualização cultural dos sítios arqueológicos onde foram identificadas, sendo que a análise da

cultura material com foco etnohistórico resulta em interpretações mais coerentes e lógicas sobre qualquer sítio arqueológico (Fonseca, 2018).<sup>1</sup>

Segundo Robrahn-González (2014b: 6), a evidenciação e o resgate das cinco “vasilhas cerâmicas”, em situação de risco, não descritas, inicialmente, como urnas funerárias, haviam sido realizados em 2011, numa área de 4m<sup>2</sup>, “preservados sem escavação dos mesmos”, antes de qualquer manifestação dos Munduruku sobre esses artefatos. Tais vasilhas ficaram, então, à disposição das comunidades interessadas no mesmo município onde foram identificadas (Paranaíta - MT), com conhecimento tanto do Iphan quanto do Ministério Público Federal.

Após terem sido identificadas como sendo “urnas funerárias e pertencentes a cemitérios tradicionais” pelos Munduruku, como já se anotou atrás, as cinco “vasilhas cerâmicas” foram encaminhadas pela empresa Documento Antropologia e Arqueologia, com a concordância da CHTP, empreendedora da UHE Teles Pires, ao Instituto Homem Brasileiro, localizado em Cuiabá (MT), na condição de peças arqueológicas integrantes do Patrimônio Cultural Brasileiro, sujeitas, portanto, à guarda de alguma instituição especializada, a ser oportunamente indicada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan. Tiveram destino idêntico outras sete “vasilhas cerâmicas”, que também foram, depois, identificadas pelos próprios indígenas como sendo urnas funerárias de origem Munduruku.

A partir desse envio das “vasilhas cerâmicas” ao Instituto Homem Brasileiro, onde permaneceram, alguns Munduruku de diversas aldeias passaram a dirigir-se àquele Instituto, com o objetivo de visitá-las, executando, frequentemente, rituais no local.

Enquanto as “vasilhas” permaneciam no Instituto, surgiu a ideia de, de algum modo, preferencialmente por raios X, ser verificado se havia restos mortais ou cinzas no interior das “vasilhas” que haviam sido identificadas como sendo urnas funerárias, a fim de confirmar-se ou não a afirmação dos Munduruku sobre ser aquela a natureza das “vasilhas cerâmicas” encontradas. Essa verificação não chegou a ser feita naquele momento, mas não se descartou a possibilidade de fazê-la futuramente.

Passado algum tempo, em vista da grande distância entre as aldeias Munduruku e Cuiabá, onde se encontra o Instituto Homem Brasileiro, as “vasilhas”, que não cessavam de ser visitadas pelos Munduruku, foram trasladadas para o Museu de História Natural de Alta Floresta (MT), de modo a ficarem mais próximas daquelas aldeias. Isso fez com que se intensificasse a procura pelas “vasilhas”, que haviam sido dispostas em prateleiras envidraçadas, em uma sala fechada, por parte dos Munduruku, a quem a direção do Museu franqueava a entrada na sala, inclusive para a prática de rituais.

<sup>1</sup> Obviamente, tal cuidado só se aplica a sítios arqueológicos mais recentes, associados a indígenas registrados por estudos etnográficos e etnohistóricos e não a sítios arqueológicos resultantes de assentamentos de populações pré-coloniais milenares, caçadoras-coletoras, não mais presentes no período colonial sul-americano.

Durante todo esse período, os responsáveis pela CHTP inquietavam-se, em virtude da incerteza em que se achavam sobre esta última destinação dada às “vasilhas”, uma vez que o IPHAN, através do Centro Nacional de Arqueologia – CNA, lhes cobrava, entre outras providências, a construção de duas Casas de Cultura, uma em Paranaíta (MT) e outra em Jacareacanga (PA), e uma solução definitiva para a destinação das “vasilhas”, questionando a adequação da sua manutenção nas prateleiras da sala fechada do Museu de História Natural de Alta Floresta e exigindo a participação dos Munduruku na formulação dessa solução definitiva (IPHAN, Disponível na internet). Agravava a inquietação dos responsáveis pela CHTP a constatação de que os Munduruku que visitavam as “vasilhas”, por motivos que lhes escapavam inteiramente, mostravam-se cada vez mais insatisfeitos com a solução até ali adotada.

Buscando aconselhamento com o primeiro autor deste escrito acerca de como poderiam por cobro à situação em que se encontravam, no que se referia às “vasilhas cerâmicas”, os responsáveis pela CHTP acabaram por ser convencidos, antes do mais, de que era preciso abandonar definitivamente a ideia que lhes havia sido proposta de se tentar verificar se os objetos escavados e identificados pelos Munduruku como seus continham ou não restos mortais. O conselho estribava-se em que se impõe, no caso, o “Teorema de Thomas”, isto é, “se pessoas definem situações como reais, elas são reais em suas consequências” (THOMAS; THOMAS, 1928: 571–572, traduzimos), de modo que as “vasilhas cerâmicas” deviam ser consideradas como sendo urnas funerárias, tal como as definiam os Munduruku, independentemente da realização de qualquer espécie de teste, que, de resto, seria, ao menos em princípio, impróprio, invasivo e até sacrílego, do ponto de vista indígena. Em suma, as consequências de as “vasilhas” serem definidas como urnas funerárias já se haviam desencadeado, e qualquer tentativa de reverter esse processo tinha de ser descartada. Aceito o conselho por parte da CHTP, marcou-se uma reunião com o CNA, que se realizou em 22 de março de 2018, em Brasília (DF), com a participação de um dos diretores da CHTP e de Carlos Eduardo Caldarelli.

Nessa reunião, apresentou-se à coordenação daquele Centro a argumentação brevemente exposta no parágrafo anterior, pedindo-se que, em um diálogo etnograficamente informado com os Munduruku, a destinação final das urnas funerárias que os Munduruku reconheciam como suas fosse estabelecida pelos próprios índios.

O CNA, então, com a finalidade de tornar o diálogo com os Munduruku possível nos termos que lhe foram solicitados, fez constar da ata da reunião sua determinação de que “será realizada uma abordagem etnográfica que possibilite diálogo com o povo Munduruku, para que este decida a destinação final dos vasos cerâmicos encontrados durante a pesquisa arqueológica em Teles Pires”. Além disso, determinou o CNA que deveria caber aos Munduruku “decidir a configuração da Casa de Cultura em Jacareacanga”.

Os trabalhos junto aos Munduruku foram, então, iniciados em junho de 2019, com uma viagem do seu coordenador geral, que foi seguida de outra, realizada em princípios de agosto de 2019, da qual participaram a antropóloga Mônica Lizardo e a arquiteta Idanise Hamoy, constituindo isso o que se denominou a primeira etapa de campo.

Nessa primeira etapa de campo, além da convivência com os Munduruku na sede de Jacareacanga e na aldeia de Karapanatuba, os membros da equipe executora dos trabalhos compareceram a diversas assembleias convocadas pelos Munduruku, para tratar tanto da questão das urnas funerárias quanto do projeto da Casa de Cultura de Jacareacanga, que tinham sido apresentados como os objetivos da estada da equipe ali.

No que toca às urnas funerárias, a posição dos Munduruku foi resumida, com a aprovação dos índios presentes a uma das assembleias, em uma fala de João Kabá Munduruku: “O que foi feito pelos antepassados é sagrado, e quem pode tratar do assunto são os pajés, pois é muito delicado pra nós esta situação”. João Kabá prosseguiu, ainda com a aprovação dos presentes, acrescentando que, desde a remoção dos objetos cerâmicos, os Munduruku se encontravam sujeitos, a qualquer momento, a sofrer acidentes relacionados à violação do que para eles é considerado sagrado (Caldarelli, et al., 2019: 18).

A fala de João Kabá, a par de indicar que o caráter sagrado dos objetos cerâmicos devia-se tanto a serem considerados urnas funerárias quanto ao fato de terem sido afeiçoados pelos antepassados dos Munduruku, revelava a razão, ou uma das razões - a mais importante, em princípio -, da insatisfação dos Munduruku com a remoção daqueles objetos sagrados do local onde foram achados, pois, não importando para onde tivessem sido levados nem onde tivessem sido colocados, nada podia desfazer o fato de terem sido violados em sua sacralidade com a sua retirada de onde se encontravam<sup>2</sup>.

No final da segunda viagem da primeira etapa de campo, a equipe executora dos trabalhos foi convidada pelo presidente da Associação Pusuru, Adaisio Crisxi Munduruku, a participar de uma reunião congregando o maior número de chefes e pajés Munduruku que se pudesse arregimentar, a realizar-se na aldeia Teles Pires, no estado de Mato Grosso, a fim de tratar da questão da destinação final que deveria ser dada aos objetos sagrados. Tratar-se-ia também da futura Casa de Memória de Jacareacanga.

Infelizmente, não foi possível o comparecimento da equipe executora à reunião na aldeia Teles Pires, mas Elinaldo Crisxi Munduruku, vereador na Câmara Municipal de Jacareacanga, lá esteve e quando, nos últimos dias de agosto de 2019, visitou a Casa de Memória Transxingu, em Altamira (PA), a fim de tomá-la, em parte, como modelo para a futura Casa de Cultura de Jacareacanga, informou

<sup>2</sup> Situações similares à expressa na fala de João Kabá têm sido registradas na prática do que tem sido designado no Brasil como “Pesquisa Etnoarqueológica” ou “Arqueologia Colaborativa” (ver, entre outros, WATKINS, 2003)

que, ao deixar a assembleia para dirigir-se a Altamira, os debates prosseguiram inconclusos, embora as opiniões, que de início eram muito diversificadas, já se tivessem cristalizado em duas teses opostas: a primeira, propugnando a manutenção dos objetos sagrados onde se encontravam então, isto é, no Museu de História Natural de Alta Floresta; a segunda, preferindo o seu transporte desde onde se encontravam, para serem enterradas no território que os Munduruku consideram como sendo as suas terras mais tradicionais: os campos interiores do alto Rio Tapajós.

Durante os meses de setembro a dezembro de 2019, a arquiteta Idanise Hamoy ocupou-se de preparar o projeto da Casa de Cultura de Jacareacanga, agora não apenas uma Casa de Cultura, mas uma Casa de Cultura e Memória, com as características de um museu de território, segundo as conversações que manteve com os Munduruku, por ocasião da sua estada entre eles, na segunda viagem da primeira etapa de campo. De posse desse projeto, seria realizada a segunda etapa de campo, a partir de fins de março de 2020, quando se estimava que amariariam as chuvas entre Itaituba (PA) e Jacareacanga, com o fito de apresentar-se o projeto aos Munduruku, de modo a adequá-lo, no que fosse necessário, às expectativas dos índios.

Esperava-se, ainda, que a controvérsia sobre os objetos sagrados entre os Munduruku já tivesse chegado a uma conclusão, no final de março de 2020, mas o que de fato ocorreu foi que os acontecimentos se precipitaram, em fins de dezembro de 2019, com um grupo de setenta Munduruku dirigindo-se a Alta Floresta e retirando os objetos sagrados do Museu de História Natural. De posse daqueles objetos, o grupo deixou a cidade, em seguida. As razões de sua ação haviam sido expostas, pouco antes, em um bilhete, onde, entre outras coisas, se lia:

“Nós do povo Munduruku voltamos à Karobixexe e Dekuka’s a pedido dos nossos espíritos ancestrais. Queremos de volta as Itin’a (umas sagradas) que foram roubadas pelas usinas hidrelétricas construídas no rio Teles Pires. Somos 70 Munduruku das aldeias do alto, médio Tapajós e baixo Teles Pires. Viajamos mais de seis dias guiados por nossos espíritos e mais uma vez estamos discutindo sobre a destruição dos nossos Ipy Cekay’Piat (lugares sagrados) cometida pelas usinas hidrelétricas de Teles Pires e São Manoel. Karobixexe e Dekoka’a são as casas dos nossos espíritos. Os pajés já escolheram o local e queremos nossas urnas de volta, e dessa vez não vamos voltar sem devolvê-las para os lugares certos. [...]”

Pouco antes desses acontecimentos, a equipe executora dos trabalhos, em relatório enviado ao IPHAN, em quinze de dezembro de 2019, assinalara que:

*“[...] está-se concluindo que, qualquer que seja o resultado da controvérsia entre os Munduruku acerca da destinação dos vasilhames - ou urnas funerárias - em tela, esse resultado partirá da predominância da posição sobre o assunto esposada por um dos grupos que debatem a questão ou de algum acordo entre eles, tendo cabido aos membros da equipe executora destes trabalhos levantar essa questão e motivar a sua discussão, mas jamais lhe caberá opinar sobre ela, devendo-se acolher e viabilizar*

*a solução encontrada pelos Munduruku para a destinação dos vasilhames” (Caldarelli, et al., 2019: 23).*

Enfim, o que parece ter ocorrido em fins de dezembro de 2019 é que “um dos grupos que [debatiam] a questão” acabou passando da palavra à ação, independentemente de acordos.

Note-se, por oportuno, que “parece” é bem a palavra adequada para descrever como nos encontramos todos, hoje, em junho de 2020, acerca desse assunto, pois, como se relata adiante, contratempos como, entre outros, as chuvas do primeiro trimestre deste ano, na região de Itaituba e Jacareacanga, e a pandemia causada pelo vírus Sars Cov 2 interpuseram-se entre os Munduruku e a equipe executora dos trabalhos, interrompendo estes últimos até um futuro indeterminado.

Pois bem, em quinze de janeiro de 2020, representantes da CHTP reuniram-se, em Brasília, com representantes do Iphan e da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, para comunicar a sua preocupação com a possibilidade de os objetos sagrados retirados de Alta Floresta pelo grupo Munduruku serem dispostos na área da barragem da UHE Teles Pires, o que poderia acabar por provocar acidentes, embora tenham afirmado, os representantes da CHTP, saber que os índios não pretendiam revelar para onde os objetos seriam levados.

Resultou dessa reunião, afinal, que a FUNAI mobilizaria a sua Coordenação Regional, em Itaituba, para que consultasse as lideranças indígenas, produzindo um documento de autoria conjunta entre a própria FUNAI e aquelas lideranças, relatando o entendimento dos Munduruku acerca da destinação dos vasilhames.

Decorridos mais de trinta dias disso e não se tendo notícia alguma acerca das providências prometidas pela FUNAI, a equipe executora dos trabalhos, que planejava a execução da sua segunda etapa de campo, para apresentar o projeto da Casa de Cultura e Memória de Jacareacanga aos Munduruku, dispôs-se não a procurar saber para onde haviam sido levados os objetos sagrados retirados do museu de Alta Floresta ou a produzir algum documento conjunto com lideranças indígenas, mas, sim, ao que a equipe considerou menos invasivo, eticamente apropriado e passível de ser conhecido, isto é, se os demais Munduruku haviam-se ou não pacificado em relação às ações dos setenta que se haviam apossado dos objetos. A equipe poderia, assim, com base no que viesse a saber, formular e apresentar, também, um juízo acerca das possíveis configurações que essa questão dos objetos sagrados poderia assumir, adiante.

Nada disso acabou por acontecer, no entanto. Em março de 2019, quando a pandemia da COVID 19 estava em seus princípios no Brasil e ainda teria sido possível o deslocamento da equipe executora dos trabalhos até Jacareacanga, as chuvas excessivas praticamente isolaram o município e, em abril, os Munduruku pediram que ninguém fosse visitar as suas aldeias, até que a pandemia fosse controlada. Nesse mesmo mês, o prefeito de Jacareacanga fez o mesmo, no que respeita a todo o município.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A narrativa exposta na primeira parte deste escrito expõe relações de conflito em um contexto interétnico, no qual estiveram em jogo, simultânea e entrelaçadamente, a prevalência de sistemas de classificação diferentes entre si (vasilhas cerâmicas e peças arqueológicas? urnas funerárias, objetos sagrados, itĩn'a?) e o conseqüente domínio efetivo sobre o destino a ser dado aos objetos de origem Munduruku evidenciados na área de influência da UHE Teles Pires.

No que toca aos atores envolvidos, arqueólogos e CHTP prenderam-se, antes do mais, sob a orientação dos primeiros, a uma ortodoxia disciplinar difícil de ser mantida rigidamente em um contexto em que se pretendeu executar uma pesquisa colaborativa.

Adicionalmente, tanto os arqueólogos quanto a CHTP vincularam-se a uma interpretação estreita da legislação, entendendo que tudo o que se extrai de um sítio arqueológico e é logo dado como sendo peça arqueológica passa, automaticamente e sem qualquer consideração posterior, à condição de propriedade da União e assim tem de ser tratado. A CHTP adicionou a essa postura seu apego às próprias normas de segurança, ao manifestar ao Iphan sua preocupação quanto à possibilidade de os objetos sagrados acabarem sendo colocados na área da barragem da UHE Teles Pires. Para esses atores, enfim, foram essas diretrizes que comandaram as suas ações, sobrepondo-se às inquietações e angústias dos Munduruku.

Quanto a estes últimos, os Munduruku, ao período que mesclou a indignação pelo que consideraram o sacrilégio de os seus antepassados terem sido perturbados ao medo e à angústia de, por isso, estarem sendo punidos, sucedeu-se o do debate sobre o que fazer para por cobro à situação criada com a destinação dos seus objetos sagrados, depois de muitas peripécias, ao museu de Alta Floresta. Esse período de debate foi interrompido pela ação disruptiva de uma parcela dos índios, cujo resultado, se tudo é já "derradeiro" entre os Munduruku e os objetos sagrados foram consensualmente devolvidos "para os lugares certos", não sabemos. O que sabemos, isto sim, é que, em princípios de junho de 2020, enquanto este artigo era finalizado, a Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB veiculava, pela internet, um pedido dos Munduruku por leitos de UTI, médicos e unidades intermediárias de atendimento nas aldeias.

A FUNAI, coube um papel meramente protocolar, mas ao CNA, pelo contrário, coube, antes do mais, reafirmar sua decisão tomada anteriormente, qual seja, que as "vasilhas cerâmicas" com que se estava lidando deviam ser tratadas não como peças arqueológicas, mas como objetos sagrados dos Munduruku, sem prejuízo, por isso, de continuarem a integrar o Patrimônio Cultural Brasileiro, pois, subitamente reintroduzidos no circuito da vida cotidiana dos Munduruku, foram por estes últimos reconhecidos como algo que diz respeito às suas identida-

de, ação e memória.

Coube ao CNA, ainda, determinar a realização de “uma abordagem etnográfica que possibilite diálogo com o povo Munduruku, para que este decida a destinação final dos vasilhames cerâmicos encontrados durante a pesquisa arqueológica em Teles Pires”. Ambas, reafirmação e determinação, deram à questão o *turning point* que lhe modificou inteiramente o andamento.

Por último, para a equipe que, após a determinação do CNA, encarregou-se dos trabalhos junto aos Munduruku, ficou, e ainda fica, a angústia do trabalho inconcluso, no que diz respeito aos objetos sagrados. Até que o Sars Cov 2 seja somente uma má lembrança, tudo, para os seus membros, fica “incerto” e “disperso”, “nada é inteiro”. Ajudaram a desatar o nó que se propuseram a desfazer ou de sua atuação, na verdade, surgiu outro nó, entre os Munduruku, desta vez, sobre quais seriam os “lugares certos” dos objetos sagrados? Fizeram bem o seu trabalho? Fizeram mal o seu trabalho? Fizeram bem? Fizeram mal?

**BIBLIOGRAFIA:**

FONSECA, D. B. Práticas funerárias no baixo rio Tapajós, Amazônia. **Rev. Antropol.** (Online) 10 (1): 296 - 326, 2018.

CALDARELLI, C. E. et al. **Projeto Casa de Cultura e Memória Munduruku, Jacareacanga/PA - 1º Relatório Técnico Iphan.** São Paulo: CHTP/Scientia, 2019.

IPHAN, **Nota de esclarecimento sobre urnas da etnia Munduruku em Alta Floresta (MT).** Disponível na internet. In: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5523/nota-de-esclarecimento-sobre-vasilhames-retirados-do-museu-de-historia-natural-de-alta-floresta-mt>.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. **Programa de Preservação do Patrimônio Cultural, Histórico, Arqueológico, Paleontológico e Etnoarqueológico da UHE Teles Pires. MASTER PLAN.** Antropologia e Arqueologia. São Paulo: CHTP/Documento, 2014a.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. **Dos ativos intangíveis e sua governança integrada no Patrimônio Cultural na UHE Teles Pires.** Disponível na internet. In: [https://www.sabnet.org/download/download?ID\\_DOWNLOAD=481](https://www.sabnet.org/download/download?ID_DOWNLOAD=481), 2014b.

THOMAS W. I. e THOMAS D. S. **The child in America:** Behavior problems and programs. Nova York: Knopf, 1928.

WATKINS, Joe E. Beyond the margin: American Indians, First Nations, and Archaeology in North America. **American Antiquity**, 68(2), 2003, pp. 273-285.